

Mudanças no Estatuto do Índio desagradam Igreja

Lei só reconhece agora assistência dos missionários

O padre Cesar considera um justo reconhecimento a autorização legal — mediante emenda introduzida pelo Senado — para que as missões religiosas possam assistir as comunidades indígenas. As missões prestam essa assistência praticamente desde os primórdios da colonização, mas até hoje não tinham o seu trabalho reconhecido legalmente.

No início do mês, em Brasília, a Funai e os representantes de missões religiosas, inclusive as não-católicas, reuniram-se para discutir uma linha comum de trabalho nas aldeias. Os dois lados jamais pouparam acusações mútuas, mas o encontro não conduziu à sua eliminação. Serviu mais para aproximar os missionários do Cimi das missões não-cató-

licas do que pôr num mesmo caminho os técnicos indigenistas e os missionários. A Igreja, no entanto, reafirmou que não abandonaria a causa indígena por um dever de tradição e por considerá-la pública, embora não tivesse autorização oficial.

— Para nós missionários — comentou ontem o padre Cesar — a autorização através da emenda do Senado, já que o projeto do Estatuto feito pelo jurista Theófilo Cavalcanti não fazia qualquer referência à atuação das missões religiosas, foi extremamente importante. Os missionários defendem os índios há séculos e um direito secularmente respeitado não pode ser transformado subitamente num simples consentimento de ação, sem despir-mor para nossa história.

Na Perimetral, a paz de 50 índios

Do correspondente em Boa Vista e da Sucursal de Brasília

Um grupo de aproximadamente cinquenta índios, todos despidos, gesticulando e falando muito mas demonstrando amistosidade, foi encontrado por trabalhadores que constroem a rodovia Perimetral Norte, nas proximidades de Caracará, Roraima. Os índios oferecem flechas e colares aos operários e ganharam redes de dormir.

O grupo de trabalhadores foi levado à presença do chefe da aldeia — instalada exatamente na rota da estrada — mas não conseguiu entender nada do que ele disse. Compreenderam, no entanto, que os índios "não querem violência, apesar de serem altos e fortes".

Em Brasília, o superintendente da Funai, general Ismarth de Araújo, declarou que o órgão não foi informado sobre esse contato e esclareceu que ainda não enviou nenhum sertanista para a área. "La existem apenas grupos de waikas isolados, mas estão localizados longe da influencia da estrada".

Os índios da Perimetral Norte têm preocupado os dirigentes da Funai. Em agosto passado, explicando aos representantes das construtoras o que deveriam fazer em caso de encontrá-los, o presidente do órgão, general Bandeira de Mello, prometeu que todas as frentes de serviço das empresas teriam apoio de sertanistas e índios aculturados. Em caso de contatos com algum grupo indígena, a paz estaria assegurada. O trecho en-

Da Sucursal de
BRASÍLIA

Padre Vicente Cesar, presidente do Conselho Indigenista Missionário, elogiou ontem a íntegra do Estatuto do Índio aprovado esta semana pelo Senado, mas criticou alguns pontos isolados do texto, principalmente as modificações feitas pelos senadores a respeito de emancipação e tutela dos indígenas.

O Senado foi muito infeliz — disse — ao modificar os quatro itens do projeto, que prevê a emancipação individual do índio apenas em situações excepcionais, pois esta pode contribuir para a desagregação do grupo tribal. Já o novo texto prevê a liberação da tutela e isso, para indigenistas e antropólogos, constitui-se numa medida muito perigosa.

De acordo com a alteração do Senado, o índio pode deixar a tutela do Estado, individual e coletivamente, contra o que protesta o padre Cesar, também antropólogo.

ÍNDIOS PRESOS?

Também quanto às normas penais o presidente do Cimi acha que o texto anterior defendia melhor a pessoa do índio, considerando-o inimputável, a não ser o caso em que ele demonstrasse perfeita compreensão do ato cometido. "Com a emenda, o índio torna-se passível de punição, dependendo o grau da pena imposta do julgamento do juiz, que irá analisar o seu grau de integração na sociedade".

No capítulo que trata dos crimes praticados contra os índios, padre Cesar lamenta que o Senado não tenha aproveitado as sugestões do Conselho Missionário, que elaborou um anteprojeto do Estatuto prevendo, entre outras coisas, a punição de quem abusar da boa-fé do índio ou de sua falta de compreensão dos hábitos sociais e a condenação dos indivíduos que "tiverem relações sexuais de qualquer natureza com mulheres índias".

PONTOS POSITIVOS

Mas o presidente do Cimi destaca pontos positivos nas emendas formuladas pelos senadores. No projeto aprovado pela Câmara, por exemplo, o título quarto denominava-se "Do Patrimônio

e da Renda". No Senado, passou para "Dos Bens e Renda do Patrimônio Indígena", tornando-se, segundo o presidente do Cimi, mais abrangente.

— Temos aí incluídos os bens que constituem o patrimônio indígena, mas a lei deixa claro que "não constituem patrimônio indígena as terras de exclusiva posse ou de domínio do índio, individualmente considerado e o usufruto das respectivas riquezas naturais e utilidades". Além disso, não podem integrar o patrimônio a habitação, utensílio domésticos e os objetos de uso pessoal e instrumentos de trabalho. Essa medida é fundamental para que não se explore o que realmente pertence ao índio e sua família.

Outra boa modificação para o padre foi a substituição da expressão "integrar o índio na sociedade nacional" pela "integrá-lo na comunidade nacional". Este conceito é mais amplo, diz o missionário, por sugere que o índio não precisa necessariamente perder suas características culturais para se integrar à comunidade nacional, "que admite no seu seio expressões as mais diversas de representações humanas".